

ÉTICA NO SETOR DE SAÚDE

Cristiani Costa Barbosa Affonso

AMBIENTE E SAÚDE

ÉTICA NO SETOR DE SAÚDE

Cristiani Costa Barbosa Affonso

AMBIENTE E SAÚDE



Autora

Cristiani Costa Barbosa Affonso

Enfermeira graduada pela Universidade Estácio de Sá e Fisioterapeuta graduada pela Universidade Severino Sombra.

MBA em Gestão de Saúde e Administração Hospitalar (Universidade Estácio de Sá); Especialista em Fisioterapia Pneumofuncional (Universidade Castelo Branco); Trabalha na área assistencial há mais de sete anos, com experiência em rotinas ambulatoriais, hospitalares, clínica e gestão de saúde com ênfase em Administração e Auditoria Hospitalar.

Revisão

Leiliane de Carvalho Silva

Ilustração

Marcio Rocha Lopes

Projeto Gráfico

NT Editora

Editoração Eletrônica

NT Editora e Figuramundo

Capa

Figuramundo

NT Editora, uma empresa do Grupo NT

SCS Q. 2 – Bl. D – Salas 307 e 308 – Ed. Oscar Niemeyer

CEP 70316-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3421-9200

sac@grupont.com.br

www.nteditora.com.br e www.grupont.com.br

Ética no Setor de Saúde. / NT Editora.

-- Brasília: 2014. 100p. : il. ; 21,0 X 29,7 cm.

ISBN - 978-85-68004-32-6

1. Ética. 2. Saúde. 3. Legislação. 4. Direitos. 5. Deveres.

Copyright © 2014 por NT Editora.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer modo ou meio, seja eletrônico, fotográfico, mecânico ou outros, sem autorização prévia e escrita da NT Editora.

ÍCONES

Prezado(a) aluno(a),

Ao longo dos seus estudos, você encontrará alguns ícones na coluna lateral do material didático. A presença desses ícones o ajudará a compreender melhor o conteúdo abordado e também como fazer os exercícios propostos. Conheça os ícones logo abaixo:



Saiba Mais

Este ícone apontará para informações complementares sobre o assunto que você está estudando. Serão curiosidades, temas afins ou exemplos do cotidiano que o ajudarão a fixar o conteúdo estudado.



Importante

O conteúdo indicado com este ícone tem bastante importância para seus estudos. Leia com atenção e, tendo dúvida, pergunte ao seu tutor.



Dicas

Este ícone apresenta dicas de estudo.



Exercícios

Toda vez que você vir o ícone de exercícios, responda às questões propostas.



Exercícios

Ao final das lições, você deverá responder aos exercícios no seu livro.

Bons estudos!

Sumário

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM ÉTICA	7
1.1 Ética e Deontologia em Saúde	7
1.2 Princípios éticos	15
2. O PROFISSIONAL E SUA CONDUTA	28
2.1 Vida humana: direito à vida e a escolhas	28
2.2 Atuação do profissional de enfermagem na equipe multidisciplinar e de enfermagem.....	42
3. LEGISLAÇÃO EM ENFERMAGEM.....	53
3.1 Legislação do exercício profissional em enfermagem.....	53
3.2 Código de ética do profissional de enfermagem	59
3.3 Órgãos de classe e conselhos fiscalizadores da profissão	73
3.4 Defesa do consumidor e dos usuários dos serviços de saúde.....	76
ANEXO I	82
ANEXO II	91
ANEXO III.....	95
BIBLIOGRAFIA	99

Bem-vindo(a) à disciplina de Ética no Setor de Saúde

O Técnico de Enfermagem é um ser humano de qualidades especiais, expressas pelo forte traço de amor à humanidade, de solidariedade e de doação. É alguém que “cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida”. É o indivíduo designado a prestar cuidados à outra pessoa de qualquer idade, que esteja necessitando de cuidados por estar acamada, com limitações físicas ou mentais.

Cuidar de um ser humano dentro dos limites éticos é um desafio cotidiano e inesgotável para os que decidem por assim fazê-lo, por isso os profissionais de Enfermagem necessitam de um treinamento e capacitação aprofundada para aprimorar as suas habilidades e atender às exigências da área e do mercado de trabalho com competência. Nesse sentido, este curso possibilitará o reconhecimento das ciências que englobam a vida baseada em uma abordagem ético-filosófica e científica da profissão.

Bom aprendizado!

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS EM ÉTICA



Olá alunos! Nesta lição aprenderemos sobre o que trata a ética e a deontologia. Você descobrirá a diferença entre esses dois termos e a sua aplicação. Também serão abordados alguns conceitos que norteiam a ética nos serviços de saúde. Bom estudo!

Objetivos

- Diferenciar **ética** de **deontologia**.
- Conhecer os conceitos e princípios éticos e deontológicos em saúde.
- Conhecer o código de ética.
- Reconhecer atitudes éticas e aéticas.

1.1 Ética e Deontologia em Saúde

Você sabe o que é Ética?

- () Sim
() Não

Ética é o segmento da Filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios morais e ideológicos de comportamento do ser humano frente ao que chamamos de sociedade. Essa palavra provém do grego e significa “pertencente ao caráter”.

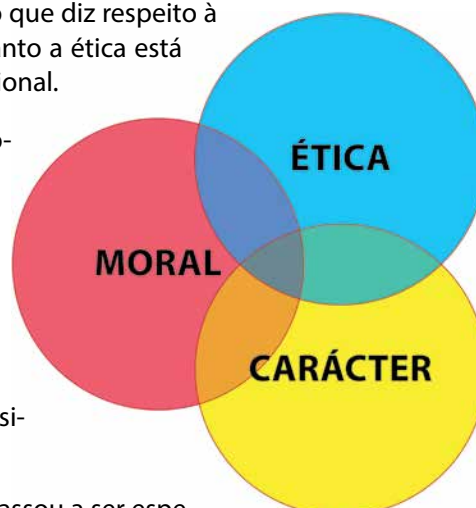


Ética: segmento da filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios morais e ideológicos de comportamento do ser humano frente ao que chamamos de sociedade.

Deontologia: baseada no regimento do direito, dever e proibição do que se pode ou não ser feito no campo em que o indivíduo atua.

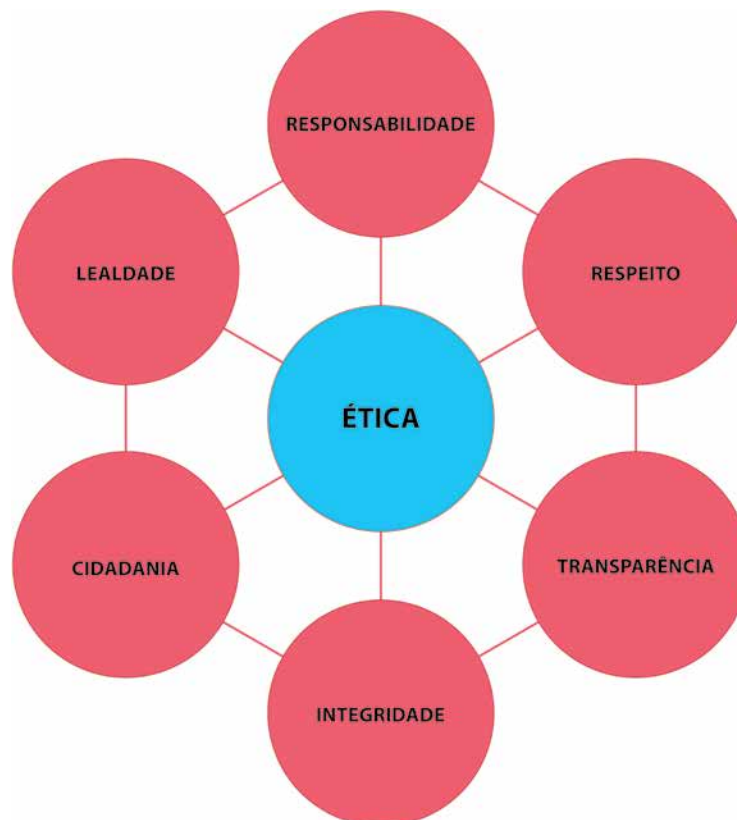
Ética é diferente de moral. A moral está baseada no que diz respeito à obediência aos bons costumes e aos bons hábitos, enquanto a ética está fundamentada em ações exclusivas morais de maneira racional.

Na filosofia mais clássica a ética não era pautada somente à moral (hábitos e costumes), ela buscava embasamento em fundamentos teóricos para entender a melhor maneira de viver e conviver, ou seja, a maneira de buscar o melhor estilo de vida no âmbito privado e no âmbito público. Na filosofia clássica a ética concentrava os campos de conhecimento que não eram incluídos na física, a estética e a dialética. Dessa maneira, a ética englobava as áreas que hoje em dia são descritas como Antropologia, Psicologia, Política e Educação, por exemplo.



Com o passar do tempo, o que era global na ética passou a ser especializado. A Revolução Industrial teve papel importante no modo de pensar da sociedade. Hoje a ética é uma disciplina independente de outras disciplinas. Assim sendo, é possível dizer que a ética é uma área da filosofia preocupada e ocupada ao estudo das normas morais da sociedade atual. A ética busca justificar e explicar determinados costumes de certo grupo ou população. Ela é responsável por fornecer subsídio, ou seja, ajuda para a solução dos questionamentos mais comuns existentes.

A ética pode ser definida, de maneira prática, como ciência que estuda a conduta do ser humano e a moral que qualifica essa conduta, o que pode ser descrito como julgamento do que é bom ou do que é ruim; o paradoxo entre o bem e o mal.



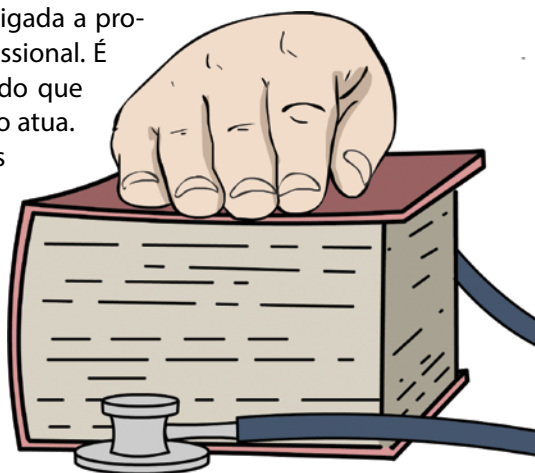
Fonte <http://professorvilani.blogspot.com.br/2012/02/etica-e-compromisso-profissional.html>

De maneira alguma a ética deve ser entendida como meio legal de se ver as coisas. Não podemos confundir lei com ética, embora a ética e a lei devam andar juntas. A lei diz respeito às normas e direitos enquanto a ética pauta conduta e ações. Desobedecer à ética não significa que o indivíduo esteja cometendo um crime ou ato de infração. Nem sempre ir contra a ética significa receber alguma sanção ou penalidade por algum motivo.

Surge então um conceito denominado **Deontologia**, que está diretamente ligado à obrigação. Na filosofia contemporânea é uma das teorias na qual as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas. Está ligada às nossas escolhas do que deve ser feito e de como proceder para ser feito. Deontologia refere-se às normas da moral.

A deontologia pode ser aplicada quando está ligada a profissão, dessa maneira chamamos de deontologia profissional. É baseada no regimento do direito, dever e proibição do que se pode ou não ser feito no campo em que o indivíduo atua. Por isso a entendemos como um conjunto de atitudes que norteiam o que pode, deve ou não ser feito de maneira descritiva e prescritiva.

Agir de maneira que se deve agir por obrigação é o mesmo que agregar ação ao valor moral. O dever/fazer que a deontologia prega submete o indivíduo a uma obrigação ética. A deontologia é o mesmo que agregar princípios de éticas e condutas de deveres para com a sociedade.



Exercitando o conhecimento...

Complete a sentença:

_____ é o segmento da filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios morais e ideológicos de comportamento do ser humano frente ao que chamamos de sociedade.

Cada profissão tem uma normativa deontológica própria que a regula e que forma o que chamamos de código de conduta e ética profissional. O código de ética profissional é um dispositivo que reúne obrigações, deveres e normas que devem ser respeitadas e seguidas à risca, deixando o indivíduo que a desrespeita sujeito a sanções e punições quando assim determinadas.



Em geral, são normas estabelecidas e impostas pelos próprios profissionais, considerando a qualidade de seu trabalho e visando o bem-estar do indivíduo ou do objeto em questão. Orienta, como já dito, as ações, os deveres e os princípios com relação à profissão e sociedade em que está inserido.



Você sabia?

O primeiro código de ética e deontologia instituído no mundo foi o da área médica nos Estados Unidos no século XX.

A ética deve ser compreendida de maneira separada da religião. Ambas são ciências específicas e devem ser vistas como tal, no entanto, embora as duas se correlacionem, direcionam para entendimentos diferentes. Nesse sentido, podemos dizer que ética deve ser visualizada como uma forma de um todo e a religião como parte. Partindo desse pressuposto, é mais fácil compreender a ética como ciência e não como dogma, mais facilmente compreendido na religião.

A ética não faz juízo do que é correto ou não. O não julgamento por parte da ética nos faz compreender a dimensão do que essa filosofia nos traz. Uma pessoa pode ser ética e nem por isso ser religiosa, como é o caso de alguns cientistas, ou mesmo religiosa sem ser ética, neste caso, aética. Um exemplo disso são os desvios de verbas de instituições financeiras das religiões existentes, que não raramente são noticiados nos veículos de comunicação. Julgar o que é ético ou não está diretamente relacionado ao que é considerado ético, ou seja, se não foi descrito, não é aético e vice-versa.

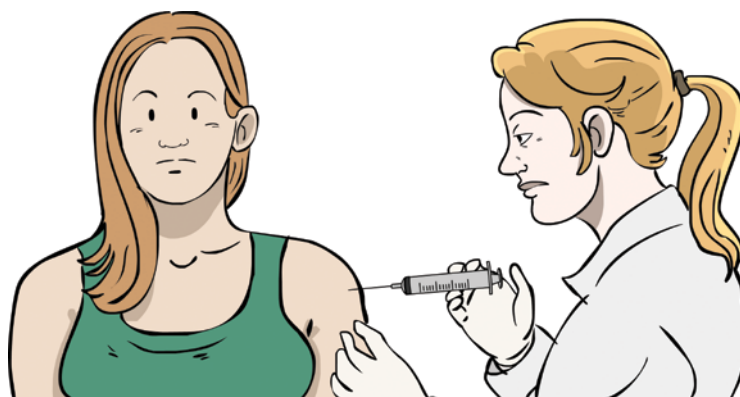
Ao tentarmos relacionar conhecimento à ética, geralmente existe o problema de estabelecermos quais são as necessidades de determinadas ações e principalmente quais valores agregaremos a essas ações. A pessoa que julga algum valor ético exerce um papel aético no sentido de julgar algo que não está dentro do padrão de julgamento pré-reconhecido ou pré-determinado. O conhecimento acerca de determinado assunto pode não ser condizente com outros padrões que a ética estabelece e reconhece como **diretriz**. Portanto, ensinar ética é uma tentativa válida, mas que depende dos valores internos de cada um.

Reconhecer a forma como o indivíduo enxerga determinadas ações de outras pessoas ou dela mesma é importante quando falamos de ética. É importante ressaltar que a ética é um valor que se forma ao longo dos anos e da forma como enxerga-se o mundo. Os valores morais e éticos de uma família refletem no que o indivíduo entende por ética. Exemplo disso é dizermos ser comum ao filho de um dono de funerária achar a morte algo corriqueiro e cotidiano, bem como ao médico, no entanto, para o filho de um professor pode não parecer tão comum. A ética nos leva ao enfrentamento pessoal e íntimo de cada sentimento e situação.



Diretriz:
maneira de se
proceder ou se
portar, conduta
etc.

Ela requer habilidades técnicas, práticas e teóricas. A razão para isso é discernir o que é lícito, conveniente ou não. Quando enfermeiros têm que aplicar uma medicação, é um dever ético que ela seja aplicada por meio da via certa, na dose certa, no horário correspondente ao que está na prescrição médica. Deixar de fazer o que é seu dever é uma infração ética, portanto, a afirmativa de que a prática influencia o desenvolvimento da ética é relacionada a situações como essa. Um exemplo de que a prática envolve a habilidade técnica pode ser descrita no preparo de determinada medicação. Quando uma medicação precisa ser preparada é necessário que o enfermeiro seja capaz de fazê-la, respeitando as quantidades de medicação, o tipo de medicação e as misturas, quando essas forem necessárias. A técnica de saber reconhecer o tipo de material usado é essencial no uso da ética.



No que diz respeito à ética teórica, é algo mais empírico que geralmente não precisa necessariamente ocorrer para que seja posta em prática. O simples fato de saber o que deve, pode e não pode ser feito é o suficiente para que ela ocorra. Exemplo clássico disso é o respeito ao paciente. Todo paciente tem o direito de ter seu quadro clínico em **sigilo** e somente quando autorizado, ou por necessidade extrema de justiça ou ainda em risco de vida, pode ser revelado. O profissional não deve falar do que não é autorizado ou privativo de outra pessoa. Para que a ética seja reconhecida ali, basta o profissional não explicar sobre a causa conhecida. Isso infere o direito de privacidade que o paciente tem.



Sigilo: segredo.

Por isso, nessa vertente há dificuldade de aplicação de ética e reconhecimento dela em todos os casos, pois caracterizamos a oscilação de juízo moral, na qual o que pode ser bom para um, pode não ser bom para o outro. Para que indecisões dessa natureza não aconteçam, temos os dispositivos legais dos códigos de conduta ética e neles tudo muito bem esclarecido a fim de não deixar qualquer possibilidade de dúvida.

Exercitando o conhecimento...

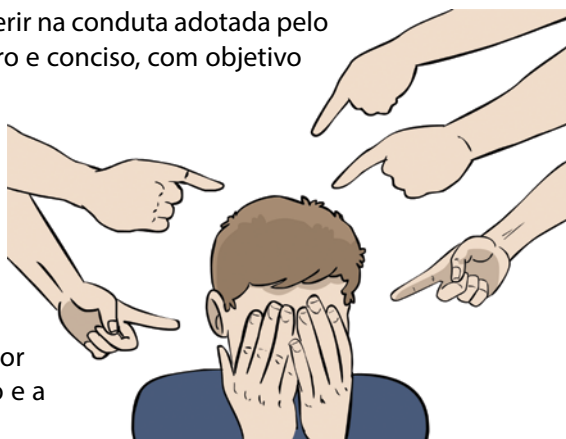
Vamos relembrar completando a frase:

O _____ é um dispositivo que reúne obrigações, deveres e normas que devem ser respeitadas e seguidas à risca, deixando o indivíduo que a desrespeita sujeito a sanções e punições quando assim determinadas.



Pequenos erros de julgamento podem interferir na conduta adotada pelo profissional, por isso o código de ética deve ser claro e conciso, com objetivo de direcionar, esclarecer, não politizar e não deixar sobressair a capacidade de julgamento pessoal.

É importante lembrar que, quando julgamos, estamos suscetíveis às variações e emoções que muitas vezes nos deixam vulneráveis a tomar decisões precipitadas e por impulso, podendo mascarar o nosso julgamento sobre determinado assunto. Ao deixarmos o emocional sobrepor o racional, a ciência é subitamente deixada de lado e a possibilidade de erro é maior nesses casos.



Em contrapartida, não podemos deixar de falar que o bem existe, assim como a verdade também existe. Mas esses não são escolhas, são critérios que devem ser considerados para que a decisão do que deve ser feito ou não seja tomada. Na ética existe um relativismo parcial, na qual determinada coisa está errada se relacionada a um determinado momento, e outras não estão se relacionadas a outros momentos.

Exemplo disso é a **entubação** traqueal feita exclusivamente pelo Enfermeiro. O enfermeiro não está habilitado para realizar a entubação no dia a dia de um setor de enfermagem. No entanto, em casos de urgência e risco iminente de morte de uma pessoa, ele tem o dever de lançar mão de uma entubação na tentativa de salvar ou tentar minimizar os danos a vida humana. Ou seja, o bem deve sempre sobressair ao mal. Essa relativização é o que a ética preconiza.

Por isso dizemos que a ética precisa sempre de uma referência para que ela exista, pois agir para fazer o bem é o que a ética prega em todos os seus aspectos de maneira global. Age moralmente quem conhece o bem, mas entenda, bem ao outro e bem coletivo.

Discernir o que é bem ao outro ou bem geral é a maior problematização de se agir com ética, pois geralmente somos induzidos a agir da maneira que melhor nos convém para que obtenhamos benefícios próprios. O conflito de interesses do que é o bem e a quem fazer é uma barreira que encontramos hoje no campo da ética. Todos querem ser beneficiados, mas poucos querem agir dentro da ética e das **prerrogativas** que ela estabelece em sua conduta. As ações humanas são vulneráveis e por isso é importante que a moral e os bons costumes sejam implantados desde cedo e considerados no campo da ética.

Saber o que se trata a ação que se deve fazer e não agir conforme, se sabe que deve ser feita, é uma atitude aética. Em outras palavras, saber que o paciente deve tomar banho e se negar a fazê-lo porque está na hora da troca de plantão é uma atitude aética, porquanto é sabido que o dever era dar banho no paciente, mas o profissional simplesmente negligenciou fazer aquilo que deveria para que uma segunda pessoa o fizesse. Não fazer o que é devido quando isto é uma obrigação é uma atitude aética.



Entubação: ato ou efeito de entubar.

Urgência: qualidade ou caráter de urgente, pressa. Situação que requer assistência rápida, no menor tempo possível, a fim de evitar complicações e sofrimento. São exemplos de urgência: dores abdominais agudas e cólicas renais.

Discernir: ver ou conhecer distintamente, diferenciar.

Prerrogativas: vantagens especiais e possuídas por certas pessoas que pertencem a algum grupo, vantagem, privilégio.

Podemos dizer que para ser ético dentro de uma profissão a prática precisa estar subordinada à teoria. Tudo o que está inserido no código de ética precisa ser aplicado na prática para fazer valer a ética pregada pelos conselhos de classes. Dessa forma, é fácil observar que o domínio do prático se sobrepõe ao teórico, no entanto, o teórico nunca deixa de ser referência quando conflitado com as leis. É com base na ética teórica que as disciplinas são aplicadas quando algum tipo de infração é cometida pelo profissional, independente da classe que pertença. É o que explica a teoria de causa e efeito.

Amorim (2009) afirma que a causa de uma ação aética tem efeito imediato, de maneira legal e disciplinar com base na ética teórica. Sempre haverá, na ordem da experiência, que é a ordem da teoria, fenômenos condicionados, por mais longe que formos na cadeia dos eventos naturais. Isso faz parte do determinismo da natureza e é o que possibilita a ciência, no rigor das suas explicações. Devemos agir como se o critério de nossa ação devesse estender-se universalmente. Qualquer ato que não seja suscetível de universalização se autocontradiz em termos morais. Não se trata apenas de separar o conhecimento teórico ou científico da moral, mas de separar todos os aspectos da vida concreta da realização ética. Quando não me ponho em sintonia com a totalidade, não é de todo minha culpa, é antes algo derivado da **finitude** que afeta irremediavelmente o ser humano. Enfim, há essência que posso realizar de maneira mais ou menos completa, mas que constitui referência prévia à minha existência. Mesmo quando sinto o universo imenso e estranho, e Deus afastado, posso contar ainda com a esperança. A ética segue um critério único, fazer o bem coletivo e universal. Assumi-la é lucidez e autenticidade; negá-la é má-fé.

Dessa forma, a ética visa a utilidade, na qual as ações devem ser benéficas à coletividade e ao próximo, o inverso seria prejudicial ou aético. Ela pauta-se, portanto, no bem e no mal. Coagir alguém é mal, ou seja, coação é aético. O que algumas vezes é feita somente por praxe da profissão, pode não ser o correto ou ético. Exemplo disso é o fato de deixar de fazer alguma tarefa porque o profissional do plantão seguinte fará. Isso é negligenciar o trabalho que lhe é pertinente. É o mesmo que dizer que o fim justifica os meios, e isso é uma atitude aética.

A ética na saúde vem resgatar a necessidade de reduzir a distância entre o moderno e o ético. Nem sempre o que é prático é ético. Racionalizar ações pode não ser ético do ponto de vista coletivo e médico. Exemplo disso é o aborto. Algumas religiões condenam e a maioria da população apoia, embora seja ilegal do ponto de vista jurídico, salvo em casos especiais como o estupro, por exemplo. Mas do ponto de vista médico outras vertentes são consideradas e não é possível ser feito ao bel prazer do profissional que avalia, já que o código de ética proíbe.



Finitude:
característica,
particularidade
ou condição do
que é finito; que
tem um fim.



Exercitando o conhecimento...

Segundo Amorim, ação aética tem efeito:

- a) imediato
- b) tardio
- c) latente





Bioética:
conjunto de
problemas
levantados pela
responsabilidade
moral aos
profissionais
de saúde em
suas pesquisas
e na aplicação
destas.

Para esclarecer o que pode e o que deve ser feito no que diz respeito à saúde, vem a **bioética** para determinar o que é legítimo da ética e lícito do ponto de vista jurídico. Experimentações de remédios em humanos só podem ser realizadas com o consentimento da própria pessoa, sem ele não é possível que ocorra, exceto em situações extremas.

Para testes em humanos, seja de que espécie for, é preciso que o indivíduo assine o termo que se chama **Código de Nuremberg**, que estabelece regras a serem observadas quanto à experimentação com seres humanos. Dentre os preceitos formulados destacam-se: a necessidade de consentimento daqueles que serão submetidos ao experimento; o consentimento deve ser dado livremente, por pessoas que estejam em plena capacidade de decisão e às quais devem ser explicadas com absoluta clareza todas as condições do experimento, quais sejam, natureza, duração, objetivos, métodos, riscos, efeitos e inconvenientes. Não se deve optar por experimentos em seres humanos quando houver outros procedimentos compatíveis com os resultados esperados. Os experimentos em seres humanos, quando absolutamente essenciais, devem ser precedidos de experiências com animais, de modo a prover o pesquisador de um razoável conhecimento acerca do problema estudado. Devem-se reduzir ao mínimo os incômodos decorridos do experimento, e este não deve ser conduzido se houver risco razoável de dano grave e permanente. O paciente e o sujeito de pesquisa humana devem ser protegidos por meio de cuidados especiais, sob a responsabilidade do pesquisador, que deve suspender de imediato os procedimentos se houver situação indicadora de risco grave. O sujeito do experimento deve poder retirar-se dele a qualquer momento, por livre decisão. Os riscos devem ser proporcionais aos benefícios para o indivíduo e para a sociedade. (SILVA e GARRAFA, 1998)

O Código de Nuremberg é baseado na **Declaração de Helsinque**, que é bem mais explícita ao dizer claramente que “os interesses do indivíduo devem prevalecer sobre os interesses da ciência e da sociedade”. Uma maneira de compatibilizar essa hierarquia com a necessidade de experiências com seres humanos é uma avaliação cuidadosa da relação entre riscos e benefícios, bem como uma antecipação criteriosa dos possíveis efeitos resultantes. Tudo isso decorre de uma concepção básica: há direitos humanos que se situam acima de qualquer outro interesse. Nada justifica a exposição de qualquer ser humano a situações que possam configurar crueldade ou degradação.

Em outras palavras, podemos definir a **Bioética** como ética que rege a vida, a ciência, as pesquisas com a vida e que manipulam os seres vivos. A ética em saúde está intimamente ligada com a manutenção da vida humana. A vida é o primeiro de todos os direitos humanos e esses são soberanos a todos os outros, já que sem vida não há nenhuma outra coisa.



Para que a bioética seja validada é preciso considerar autonomia, respeito ao ser humano, beneficência e não maleficência. Esses são os princípios da bioética.

1.2 Princípios éticos

Princípios éticos são referências de moral e de conduta que balizam o comportamento baseado em valores humanos fundamentais. Geralmente é um orientador de atuação constituído pela legalidade, moralidade, zelo, supremacia dos interesses coletivos e a publicidade e transparência.

Ainda é preciso ressaltar os princípios e os valores, como a responsabilidade, a cooperação, o respeito, a justiça, a confiança, a transparência, a imparcialidade e a civilidade, que devem reger cada relação, interna ou externa da profissão, de maneira a fundamentar suas proposições e estratégias para inspirar e manter a confiança e a credibilidade perante seu propósito e seus públicos.

Princípio bioético	Exigência ética fundamental
Autonomia	<ul style="list-style-type: none">• Consentimento Livre e Esclarecido• Proteção de vulneráveis
Beneficência	<ul style="list-style-type: none">• Comprometimento com o máximo de benefício e mínimo de risco
Não-maleficência	<ul style="list-style-type: none">• Evitar danos
Justiça	<ul style="list-style-type: none">• Seleção do indivíduo da pesquisa• Garantia de igual consideração dos interesses envolvidos com vantagem significativa para o sujeito da pesquisa e mínimo ônus para os vulneráveis



Autonomia: diz respeito à liberdade, respeito ao ser humano e à vida humana, que é considerada como finalidade bioética.

Beneficência: promoção do bem. Comportamento ou tratamento que denota o bem; causar o bem ao próximo; benfazer ou benfeitoria.

As ações baseadas em ética sempre devem ser pautadas pela integridade, confiança e lealdade, bem como pelo respeito à pluralidade e valorização do ser humano, em sua privacidade, individualidade e dignidade. É repudiada qualquer atitude guiada por preconceito relacionado à origem, raça, crença, classe social, sexo, cor, idade, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.

Exercitando o conhecimento...

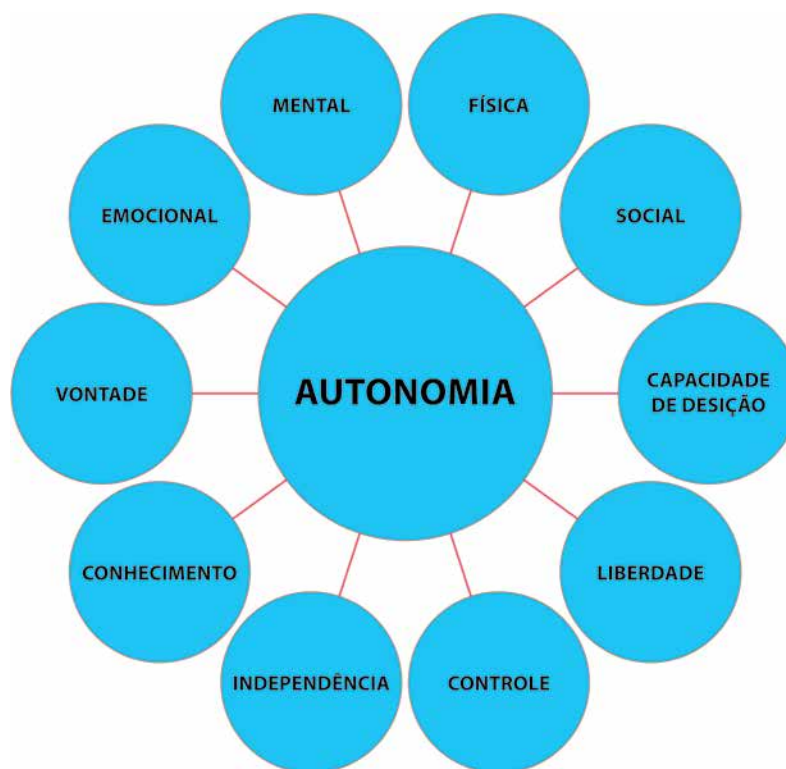
Complete a sentença abaixo:

Para testes em humanos, seja de que espécie for, é preciso que o indivíduo assine o termo que se chama _____, baseado no _____ que estabelece regras a serem observadas quanto à experimentação com _____. Dentre os preceitos formulados destacam-se o _____ livre e _____.



1.2.1 Autonomia

Em termos que o dicionário define, a **autonomia** diz respeito à liberdade, respeito ao ser humano e à vida humana, que é considerada como finalidade bioética. Justiça e equidade são a base da autonomia. Respeitar a pessoa humana é o centro da bioética. O respeito engloba algumas características como a verdade, autonomia e privacidade.

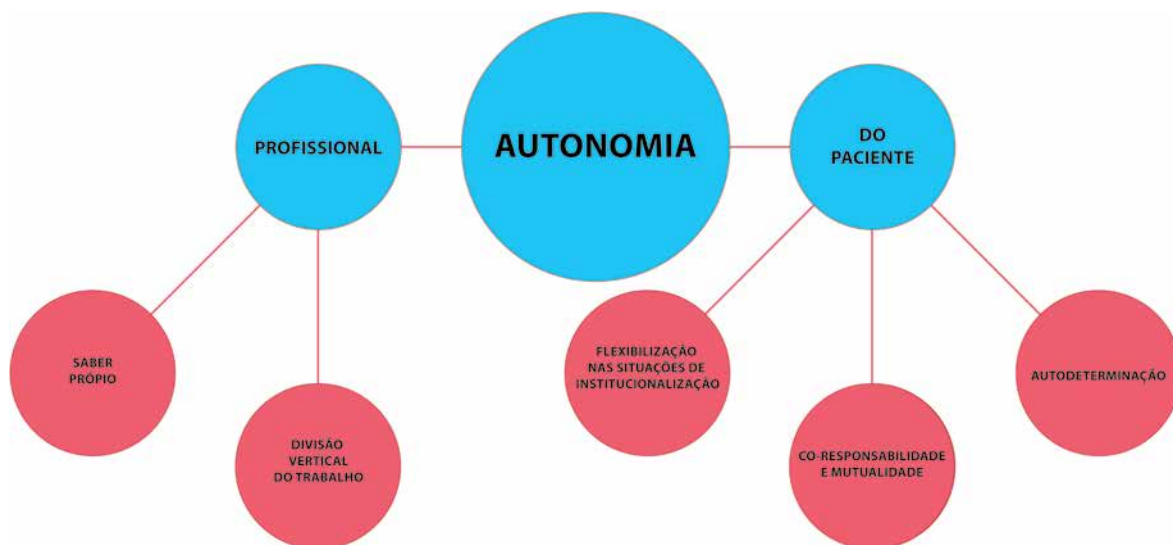


Fonte <http://efacacilhastejo.blogspot.com.br/2012/03/vontade-capacidade-de-tomar-uma-decisao.html>

Uma pessoa que possui autonomia, ou simplesmente autônoma, é um indivíduo que responde pelos próprios atos, é capaz de deliberar sobre suas próprias vontades e objetivos pessoais. Respeitar a autonomia alheia é considerar e valorar opiniões e escolhas, evitar obstrução de ações e mostrar que elas são o menos prejudicial a outras pessoas.

Desconsiderar o julgamento de uma pessoa autônoma é desrespeitar o indivíduo, bem como reprimir alguém ou privá-lo de liberdade, omitindo informações claramente prejudiciais para outras pessoas.

Infelizmente nem todo mundo é capaz de manter a autonomia. Nem todos podem se autode-terminar. Autonomia é maturada com o tempo e os anos do indivíduo. A autonomia pode ser dissipada total ou parcialmente em decorrência de determinadas doenças, desvios e distúrbios mentais ou circunstâncias que privam ou restringem a liberdade, por exemplo, quando alguém vai preso. O princípio da autonomia deve ser levado em consideração sempre que a tomada de decisão para uma doença for necessária, principalmente no que diz respeito ao diagnóstico e procedimentos terapêuticos utilizados para cura. O fato de o paciente decidir sobre sua própria vida e sobre suas vontades não exclui o dever médico de tratá-lo com maior presteza possível em busca do bem-estar do doente. Essa questão sempre é um ponto de discussão no que diz respeito de até onde a influência do médico sobre o paciente pode ir, assim como até onde o paciente sabe responder sobre seu bem-estar. As vontades de ambos não podem sobrepujar o bem-estar do indivíduo tratado.



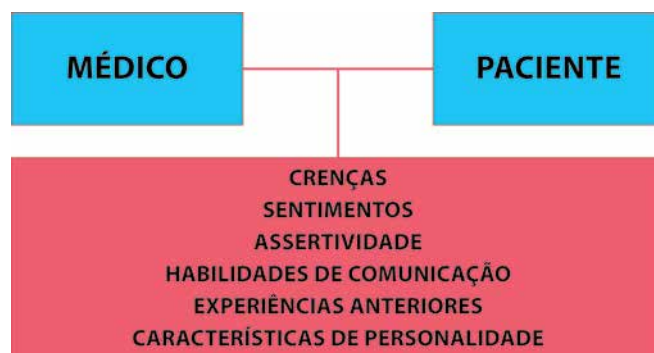
VERTENTES ENCONTRADAS E SUAS CATEGORIAS DENTRO DO TEMA AUTONOMIA

Fonte http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000500009

Médicos e profissionais de saúde ao saírem das universidades fazem um juramento como prova de que tratarão os pacientes de maneira igualitária e imparcial buscando sempre o melhor para tais pacientes. O juramento de fazer o bem é a base da postura ética do profissional de saúde. Embora a vontade do paciente tenha que ser considerada, ela não é mencionada em nenhum juramento, mas o fazer o bem até a última instância sim.

A autonomia toma partido da bioética posto que o desenvolvimento tecnológico é ninho de vários dilemas de caráter moral que propiciam surgimento de dúvidas de cunho ético. A diversidade de tratamentos surgidos nos últimos anos deixa o paciente em dúvida sobre a realização de determinado tratamento ou não, principalmente quando é oferecida a liberdade de escolha e torna-se um paradoxo quando o paciente não aceita o tratamento proposto pelo médico, mesmo este sendo o mais recomendado para determinado caso. O princípio da autonomia deve ser seguido nesse momento?

Exemplo disso é a religião Testemunhas de Jeová. De acordo com suas crenças, a transfusão sanguínea não é permitida. Mas se essa for a única solução para o tratamento? A não transfusão é um fator preponderante de risco à integridade física e à vida, esse princípio geralmente é sobreposto por liminar judicial, pois o princípio do direito humano à vida se sobressai.



Fonte http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682011000300005&script=sci_arttext



Triade: conjunto de três pessoas ou coisas.

A bioética se pauta no princípio da autonomia, mas em casos específicos e especiais esse princípio pode ser ignorado quando é considerado inválido no que diz respeito à manutenção da vida humana. É preciso considerar a **triade**, profissional, paciente e sociedade. A sociedade é guiada pelo princípio da justiça, o profissional da beneficência e o paciente da autonomia. O ideal para que o princípio da autonomia seja considerado é relevar os três vértices desta pirâmide. A autonomia corresponde, nesse sentido, ao princípio de liberdade, a beneficência ao de fraternidade e a justiça ao de igualdade.

Em suma, a autonomia significa ter arbítrio sobre si próprio e suas ações. Traduz-se em auto-decisão, autodeterminação e autogovernança de suas capacidades físicas e psíquicas. É o sentido no qual o ser humano decide o que é bom para si próprio e o que é conveniente para seu bem-estar.

O indivíduo autônomo tem livre escolha, livre alternativa, liberdade de pensamento e iniciativa. Decidir e optar são uma necessidade humana que dá sensação de capacidade ao indivíduo. Liberdade para agir e deliberar torna uma pessoa capaz. Oposto a isso, quando não existe liberdade de pensamento, nem opção e apenas uma alternativa para escolha, a ação não é considerada autônoma, já que não existem opções.

Desde os anos 80 os principais códigos de ética brasileiros tentam estabelecer uma relação de conforto entre profissional e paciente ampliando sempre que possível o princípio da autonomia. Existe, no entanto, uma ressalva no código de ética médica em seu artigo 46 que proíbe “efetuar qualquer procedimento médico sem o esclarecimento e o consentimento prévios do paciente ou de seu representante legal, salvo em iminente perigo de vida”. Toda e qualquer execução precisa do consentimento do paciente, salvo quando existir risco de vida.



Exercitando o conhecimento...

Marque as alternativas que expressam formas de autonomia:

- | | |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Pensamento | <input type="checkbox"/> Decidir |
| <input type="checkbox"/> Sentimento | <input type="checkbox"/> Mental |
| <input type="checkbox"/> Agir | <input type="checkbox"/> Física |

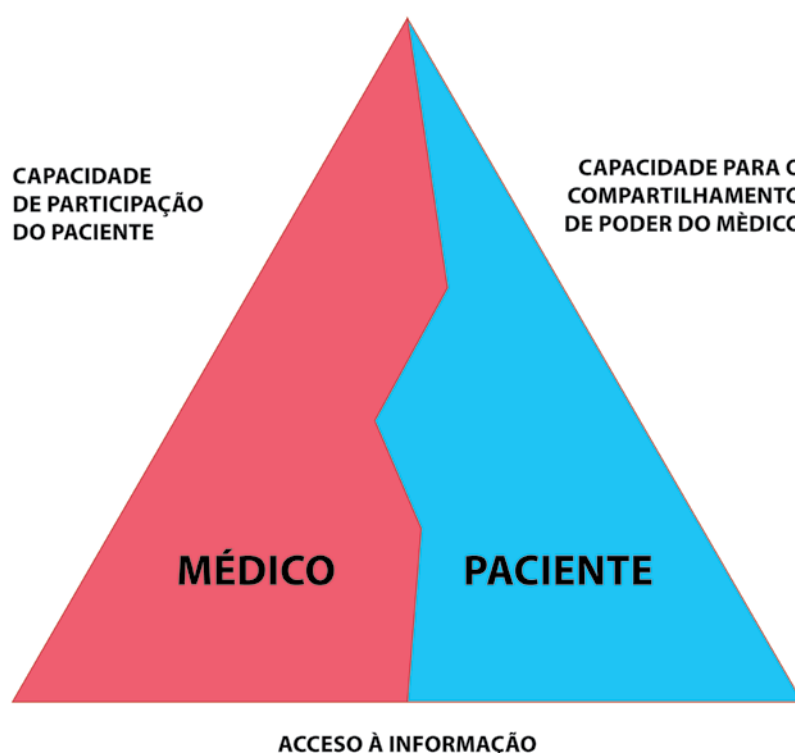
É preciso esclarecer que o princípio da autonomia não deve ser equivocado nem distorcido. Autonomia diz respeito à decisão das pessoas, enquanto que respeitar a autonomia é reconhecer que existem pontos de vistas diferenciados e que as decisões do indivíduo devem considerar seu estilo e objetivos de vida. O indivíduo deve ser capaz de responder pelas consequências de suas escolhas que são embasadas em suas crenças, valores e princípios próprios, já que ele responderá pelos seus próprios sentimentos de dor, sofrimento e enfrentamento da doença. Seu próprio plano de vida e ação, embasado em crenças, aspirações e valores próprios, mesmo quando divirjam daqueles dominantes na sociedade ou daqueles aceitos pelos profissionais de saúde. O ideal é que a autonomia seja completa e individual, no entanto, a autonomia pode ser parcial.

Chauí (1999) afirma que a deliberação, no campo da ética, se faz dentro do possível. Se, por vezes não podemos escolher o que nos acontece, podemos escolher o que fazer diante da situação que nos foi apresentada.

É preciso dizer que ninguém nasce autônomo. As pessoas tornam-se autônomas com o passar dos anos e com as experiências que têm ao longo do tempo. A autonomia é construída com base em variáveis psicofísicas e psicobiológicas associadas a determinantes socioculturais. Por isso, são facilmente observadas as pessoas que têm sua autonomia reduzida, os casos de pessoas com problemas mentais transitórios que abusam de álcool e drogas, estado de coma entre outros.

Uma pessoa autônoma pode não agir autonomamente em determinadas circunstâncias; por isso, avaliar sua decisão para determinado fato é uma questão complexa que envolve a ética, principalmente quando o ator em questão é um profissional de saúde. Alterações e desordens de cunho mental, emocional, física ou de percepção tendem a reduzir a autonomia que o paciente tem o que de certa maneira pode interferir no seu processo decisório com relação ao seu estado clínico e de saúde. Nos casos em que a autonomia está comprometida, cabe ao familiar do paciente ou em alguns casos específicos até mesmo ao profissional de saúde decidirem pela conduta aplicada e pela condição de saúde do paciente que não apresenta senso crítico.

É preciso observar que competência está diretamente relacionada à autonomia, portanto não é cabido julgamento somente do profissional ou somente do paciente. Quando há conflitos de interesses entre profissional e paciente, é preciso julgar e avaliar se a decisão é benéfica ou não ao paciente. Nesses casos é comum que o interesse médico pelo bem do paciente e a manutenção da vida seja levado em consideração.



Fonte http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902007000300014&script=sci_arttext

O julgamento de competência e incompetência deve ser realizado de maneira particular e não como uma forma de verdade aplicada em todas as questões de uma vida. De certo que todos os pacientes devem se julgados capazes até que seja provado o inverso, definindo assim sua autonomia reduzida ou não.

Consentimento Livre Esclarecido

O indivíduo, quando considerado autônomo, tem o direito de consentir ou não sobre o tratamento ao qual será submetido; seja ele de caráter diagnóstico, para prevenção, ou mesmo de caráter terapêutico que afetem de maneira direta ou indireta a sua integridade biopsicossocial e física. O consentimento requerido pelas autoridades de saúde para a realização de procedimentos ou mesmo participação em estudos científicos é advindo de algumas posições filosóficas que consideram a autonomia do ser humano como soberana e relativa podendo ser questionada em tribunais por uma corte superior.

O Termo de **Consentimento Livre e Esclarecido** foi criado após uma cirurgia realizada por dois médicos na qual, sem autorização do paciente, foi preciso amputar uma das pernas em 1767 na Inglaterra. No entanto, somente em 1957 apareceu o termo de consentimento, informado após um procedimento de desobstrução da artéria aorta em um senhor. Após o procedimento o senhor queixou-se de paralisia nos membros inferiores, embora fosse uma complicação considerada rara quando realizado tal procedimento. Nos tribunais, foi dado ganho de causa ao paciente. Os juízes deliberaram que o paciente não foi avisado sobre o risco que a cirurgia poderia trazer.

Todo consentimento deve ser dado de maneira espontânea e consciente e nunca obtido sob ameaça física, psicológica ou moral. Também não deve ser obtido de forma enganosa mediante manipulação de familiares, amigos e muito menos por profissionais de saúde. O profissional de saúde pode valer de argumentos que convençam o indivíduo a aceitar o tratamento, sempre feito de forma persuasiva que apelem para a razão, mas não admitindo coação em nenhuma hipótese. Todo procedimento e tratamento devem ser informados de como será feito e o que será executado ou estudado. A informação é a base decisória para que o paciente aceite ou recuse. Todo esclarecimento deve ser feito da maneira mais clara e objetiva possível, com uma linguagem simples, respeitosa e dentro dos padrões culturais que o paciente apresente.

É preciso que seja relatado ao paciente sobre a natureza e os objetivos dos procedimentos diagnósticos, preventivos ou terapêuticos; duração dos tratamentos, dos benefícios, prováveis desconfortos, inconvenientes e possíveis riscos físicos, psíquicos, econômicos e sociais que possa ter. A pessoa deve ser informada da eficácia das medidas propostas, sobre as probabilidades de alteração das condições de dor, sofrimento e de suas condições patológicas, ou seja, deve ser esclarecido em tudo aquilo que possa fundamentar suas decisões. Quanto aos riscos, devem compreender sua natureza, magnitude, probabilidade e a iminência de sua materialização.

Embora a pessoa deva ser informada sobre tudo que lhe acontece no tratamento ao qual está sendo sujeitada, ela pode fazer a escolha de não ser informada, pois ser informado é um direito e não uma obrigação para o paciente. Ele tem o direito de recusar-se ser informado. Nesses casos, os profissionais de saúde devem questioná-lo sobre quais parentes ou amigos quer que sirvam como canais das informações. Para validar-se tal direito o paciente deve ter clara compreensão que é dever do profissional de saúde informá-lo sobre os procedimentos propostos e que tem o direito moral e legal de tomar decisões sobre seu próprio tratamento. Deve também compreender que os profissionais não podem iniciar um procedimento sem sua autorização, exceto nos casos de iminente perigo de vida.

Uma vez dado o consentimento, este não é **imutável**. O consentimento pode ser dissolvido a qualquer momento em interesse do paciente. O consentimento dado no início da internação, por exemplo, não é o mesmo que deve ser dado quando se faz uma cirurgia para a retirada de uma hérnia, mas diferente da hérnia que é um caso eletivo, um acidente automobilístico independe de assinatura de termo de consentimento para que o paciente seja tratado. O termo de consentimento é um documento legal, assinado pelo paciente ou por seus responsáveis com o intuito de respaldar juridicamente a ação dos profissionais e dos estabelecimentos hospitalares.



Imutável: que não pode ser mudado, que não se consegue mudar, sem possibilidades de mudança, que é permanente; constante.

A ação dos profissionais de saúde nas situações de **emergência**, em que os indivíduos não conseguem exprimir suas preferências ou dar seu consentimento, fundamenta-se no princípio da beneficência, assumindo o papel de protetor natural do paciente por meio de ações positivas em favor da vida e da saúde. Nas situações de emergência aceita-se a noção da existência de consentimento presumido ou implícito, pelo qual supõe-se que a pessoa, se estivesse de posse de sua real autonomia e capacidade, se manifestaria favorável às tentativas de resolver causas e/ou consequências de suas condições de saúde. Segue exemplo abaixo:



Emergência: ocorrência de perigo, situação crítica; incidente, imprevisto. Ameaça iminente à vida, sofrimento intenso ou risco de lesão permanente, havendo necessidade de tratamento médico. Alguns exemplos de emergências são a parada cardiorrespiratória, hemorragias volumosas e infartos que podem levar a danos irreversíveis e até ao óbito.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo, fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto:

Pesquisador responsável:

Telefone para contato:

Pesquisadores participantes:

O objetivo é avaliar risco cardiovascular nos pacientes nefropatas crônicos em tratamento de acordo com a presença de depressão. Trata-se de um estudo prospectivo, com coleta de dados de pacientes com insuficiência renal crônica em tratamento hemodialítico. Serão incluídos no estudo 27 pacientes portadores de IRC em tratamento hemodialítico, do sexo masculino, em acompanhamento médico. A coleta será realizada com o uso de um protocolo, sendo que as variáveis analisadas foram: sexo, idade e tempo em hemodiálise, além de dados laboratoriais. Os critérios de inclusão são todos os pacientes masculinos, portadores de IRC, em tratamento hemodialítico, com mais de doze e menos de quarenta e oito meses em hemodiálise, idade maior que quarenta e menor que sessenta e cinco anos. Não há nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões que podem ser prejudicados pela pesquisa. Para avaliação de depressão será utilizada a Escala de Depressão de Bock, com 21 perguntas, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

- Nome e assinatura do pesquisador

• CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado _____ e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data: _____, ____/____/____

Nome: _____

Fonte http://www.unitau.br/universidade/pro.../cep_modelo%20de%20TCLE.doc



Exercitando o conhecimento...

O Termo de Consentimento Livre e esclarecido foi criado em:

- a) 1767
- b) 1857
- c) 1957
- d) 1997

1.2.2 Beneficência

O princípio da **beneficência** descreve que nenhum procedimento realizado pelo profissional da saúde pode causar dano ao paciente, ao contrário, ele deverá ser realizado visando apenas o bem-estar do indivíduo, aliviando causas dos sofrimentos. É um princípio que obriga aumentar o quanto for possível o benefício e reduzir ao máximo o prejuízo ao ser humano. Dessa maneira, o profissional precisa certificar-se que o ato é benéfico ao paciente e deve ser feito da maneira mais consciente possível.

A beneficência como princípio bioético é traduzida como a promoção do bem. Este princípio norteia todas as práticas da área da saúde e visa o bem-estar e interesses do paciente como fundamento básico. É preciso citar que a beneficência embora positiva, nunca será aplicada de maneira absoluta.

1.2.3 Não-Maleficência

O princípio da **não-maleficência** se pauta em tratar os indivíduos de maneira justa em que o principal é não causar danos sem uma justificativa plausível e aceitável. A não maleficência pode ser entendida, na ética, como a obrigação de não causar o dano por menor que ele seja. Exemplo disso é no dia a dia da equipe de enfermagem, a realização de uma sondagem vesical, procedimento muito utilizado para o esvaziamento da bexiga quando o indivíduo não é capaz de esvaziá-la sozinho. A sondagem vesical só deve ser realizada em casos extremos, já que a realização desse procedimento pode aumentar a probabilidade de infecção urinária. É o mesmo que dizer que existe um custo/benefício para o procedimento. Se for indispensável, que seja feito de maneira asséptica, com o máximo de higienização possível para que o paciente não desenvolva nenhum tipo de infecção (dano) após a realização do procedimento.



Negligência é a falta de diligência, implica desleixo, preguiça, ausência de reflexão necessária, caracterizando-se também pela inação, indolência, inércia e passividade.

Imprudência é um comportamento de precipitação, de falta de cuidados.

Imperícia é a incapacidade, a falta de habilidade específica para a realização de uma atividade técnica ou científica, não levando o agente em consideração o que sabe ou deveria saber.

Os três juntos caracterizam o crime culposo, diferente do crime doloso, em que o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org>

1.2.4 Direito à vida e integridade física

“Uma paciente com doença de Hodgkin deverá submeter-se a diversos riscos, incluindo possivelmente a esterilidade, para ter uma chance razoável de sobrevivência. É evidente que o interesse principal não é a esterilidade, mas a saúde geral. Esses são casos típicos da denominada **teoria moral do duplo efeito**. Recomenda-se, portanto, nos diversos casos, examinar conjuntamente os princípios da beneficência e da não-maleficência.” Esse caso trata-se diretamente do direito à vida. A paciente escolheu tratar-se e consequentemente tentar uma chance de viver melhor e com dignidade mantendo a integridade física dentro das possibilidades que a doença produz, já que a vida é o bem fundamental do ser humano e sem ela não há como tratar de outros direitos.

Todo homem tem direito a vida plena e digna com respeito aos seus valores morais e suas necessidades pessoais. O homem também tem o direito de morte e de escolha embora o direito de escolha à morte não seja considerado na área médica por livre e espontânea vontade por diversos motivos, entre eles erro de julgamento sobre a própria vida.

Segundo a Constituição Federal, perante a lei somos todos iguais independente de raça, credo, natureza e cor; o homem é um ser inviolável que tem direito à vida, liberdade e escolha. É dever do Estado assegurar a segurança e a vida ao cidadão.

O direito à vida é o mais fundamental direito tutelado no ordenamento jurídico brasileiro. É um direito “essencialíssimo”, já que todos os outros dependem dele para existir. No entanto, o “direito à vida” não significa que o ser humano seja dono absoluto de sua vida ou de seu corpo a ponto de ter direito sobre a própria morte. Em casos que a intervenção cirúrgica, inclusive nos casos de transplante, objetiva salvar a vida do paciente, constituindo a única forma de fazê-lo, não pode ser sonogada. Como também não pode ser sonogada quando não houver risco de vida, não prevalecendo a vontade do paciente em hipóteses outras, como nos casos em que houver necessidade de transfusão de sangue, vedada em determinadas religiões.

A responsabilidade, no entanto, deve ser compartilhada e não deve ser atribuída exclusivamente ao paciente ou aos seus representantes legais, mas também aos médicos responsáveis pelo atendimento e que deverão ser igualmente responsabilizados pela omissão na adoção de providência urgente, apta a salvar a vida do paciente. O direito de viver é soberano e não deve ser desconsiderado sob hipótese alguma.

Resumo

- **Ética** é o segmento da filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios morais e ideológicos de comportamento do ser humano frente ao que chamamos de sociedade. Essa palavra provém do grego e significa “pertencente ao caráter”.
- **Deontologia** está diretamente ligada à obrigação. Na filosofia contemporânea é uma das teorias na qual as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas. Está ligada às nossas escolhas do que deve ser feito e de como proceder para ser feito. Deontologia refere-se às normas da moral.
- Discernir o que é bem ao outro ou bem geral é a maior problematização de se agir com ética, pois geralmente somos induzidos a agir da maneira que melhor nos convém para que obtenhamos benefícios próprios. O conflito de interesses do que é o bem e a quem fazer é uma barreira que encontramos hoje no campo da ética.
- Para testes em humanos, seja de que espécie for, é preciso que o indivíduo assine o termo que se chama **Código de Nuremberg**, que estabelece regras a serem observadas quanto à experimentação com seres humanos.
- O Código de Nuremberg é baseado na **Declaração de Helsinque**, que é bem mais explícita ao dizer claramente que “os interesses do indivíduo devem prevalecer sobre os interesses da ciência e da sociedade”.
- Princípios éticos são referências de moral e de conduta que balizam o comportamento baseado em valores humanos fundamentais. Geralmente é um orientador de atuação, constituído pela legalidade, moralidade, zelo, supremacia dos interesses coletivos e a publicidade e transparência. São eles: **autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça**.

Ao final deste módulo você deverá ser capaz de:

- Distinguir ética de deontologia.
- Conhecer os princípios básicos que regem a ética.
- Diferenciar beneficência de não maleficência.
- Discorrer e exemplificar sobre o princípio da autonomia .
- Reconhecer que todo ser humano tem direito à vida e o porquê.
- Saber do que se trata o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando e em quais situações deverá ser aplicado.

Exercícios

Questão 01 – Entende-se por ética:

- a) Segmento da Filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios amorais e ideológicos do comportamento humano frente à sociedade.
- b) Segmento da Filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios morais e ideológicos do ser humano frente à sociedade.
- c) Segmento da Filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios humanísticos e ideológicos do ser humano frente à moral.
- d) Segmento da Filosofia que se dedica ao estudo de valores e princípios amorais e ideológicos do ser humano frente à mundo.

Questão 02 – Moral é baseada em:

- a) Obediência aos bons costumes e bons hábitos.
- b) Obediência aos maus costumes e bons hábitos.
- c) Obediência aos bons costumes e maus hábitos.
- d) Obediência aos maus costumes e maus hábitos.

Questão 03 – São elementos que compõem um comportamento ético:

- a) Dúvida, lealdade e sabedoria.
- b) Lealdade, corresponsabilidade e participação.
- c) Cidadania, dúvida e sabedoria.
- d) Cidadania, integridade e lealdade.

Questão 04 – Entende-se por deontologia:

- a) Fatores ligados à moral e modo de agir.
- b) Filosofia que guia a ética.
- c) Filosofia que se refere às condutas e normas morais.
- d) É o mesmo que ética.



Parabéns,
você finalizou esta
lição!

Agora
responda
às questões
ao lado.

Questão 05 – Toda profissão é regida por um conjunto de normas e padrões pré-estabelecidos de comportamento que se deve assumir diante de qualquer situação que contém regras que devem ser respeitadas e seguidas à risca. A esse conjunto de normas que reúne obrigações, deveres e normas que devem ser respeitadas e seguidas à risca, deixando o indivíduo que a desrespeita sujeito a sanções e punições quando assim determinadas chama-se:

- a) Código do Profissional.
- b) Cartilha de Ética e Deontologia.
- c) Código de Ética .
- d) Guia Ético.

Questão 06 – Uma ação aética é uma ação que vai contra o que se entende de moral, ou seja, tudo que vai contra os bons hábitos e bons costumes de uma sociedade. Acerca disso, sabemos que esse tipo de ação surte um efeito:

- a) Retrógrado.
- b) Latente.
- c) Imediato.
- d) Tardio.

Questão 07 – Um exemplo de uma atitude aética está descrita na alternativa:

- a) Ser cortês com o paciente e família do assistido.
- b) Agir em prol do bom andamento do serviço.
- c) Cooperar com a equipe nas tarefas do dia-a-dia.
- d) Coagir o paciente e negligenciar o trabalho que lhe é pertinente.

Questão 08 – _____ é um termo que deve ser assinado sempre que for necessária a realização de _____ em humanos. A alternativa correta que preenche as lacunas é:

- a) Declaração de Helsinque / testes.
- b) Código de Nuremberg / experimentos.
- c) Declaração de Nuremberg / experimentos.
- d) Código de Helsinque / testes.

Questão 09 – A ética é composta por princípios básicos que são referências de moral e de conduta que balizam o comportamento, e este por sua vez, é baseado em valores humanos fundamentais. Esses princípios são:

- a) Imprudência, negligência e imperícia.
- b) Autonomia, não-beneficência e imperícia.
- c) Negliência, beneficência e não-maleficência.
- d) Autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça.

Questão 10 – Correlacione uma coluna com a outra e assinale a alternativa correta:

- | | |
|---------------------|---|
| a) Autonomia | 1. Obrigação de não causar o dano por menor que ele seja. |
| b) Beneficência | 2. É a incapacidade, a falta de habilidade específica para a realização de uma atividade técnica ou científica, não levando o agente em consideração o que sabe ou deveria saber. |
| c) Não-Maleficência | 3. É um comportamento de precipitação, de falta de cuidados. |
| d) Justiça | 4. Princípio norteia todas as práticas da área da saúde e visa o bem-estar e interesses do paciente como fundamento básico. |
| e) Imprudência | 5. Ato em que o indivíduo responde pelos próprios atos e é capaz de deliberar sobre suas próprias vontades e objetivos pessoais. |
| f) Imperícia | 6. É a falta de diligência, implica desleixo, preguiça, ausência de reflexão necessária, caracterizando-se também pela inação, indolência, inércia e passividade. |
| g) Negligência | 7. Garantia de igual consideração dos interesses envolvidos com vantagem significativa para o sujeito da pesquisa e mínimo ônus para os vulneráveis. |

ALTERNATIVAS

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| a) a5 / b6 / c1 / d7 / e3 / f2 / g4 | c) a5 / b4 / c1 / d7 / e3 / F2 / g6 |
| b) a2 / b4 / c6 / d7 / e3 / f5 / g1 | d) a5 / b4 / c1 / d7 / e2 / F3 / g6 |